



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002782-89.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital**
 Requerente: **SEBASTIÃO PRATAVIEIRA**
 Requerido e Impetrado: **Diretor do Instituto de Física de São Carlos e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **SEBASTIÃO PATRAVIEIRA**, com pedido liminar, contra ato omissivo do **DIRETOR DO INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CAMPUS DE SÃO CARLOS** e do **REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**. Alega, em síntese, que participou do concurso público nº 07/2013 para o cargo de Especialista em Laboratório no Instituto de Física da USP - Campus São Carlos no qual obteve a primeira colocação dentre os demais concorrentes. Aduz que o edital do concurso previa uma única vaga, que foi por ele conquistada, tendo o resultado sido homologado em 04/04/2014, com validade de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, o que ocorreu, com vencimento do prazo de validade para o dia 05.04.2015, sem que os requeridos tivessem promovido a sua nomeação.

Requeru a concessão de liminar para ser nomeado, argumentando que, ante a proximidade do vencimento do concurso, correria sério perigo de ter seu direito tolhido pelas autoridades apontadas como coatoras.

A liminar foi indeferida (fls. 100-101) e houve interposição de agravo de instrumento (fls. 113-133), ao qual foi dado provimento (fls. 286-293).

O reitor da Universidade de São Paulo e o diretor do Instituto de Física da USP de São Carlos apresentaram informações (fls. 228-239) nas quais sustentam, em síntese, que: a USP ainda não superou grave crise orçamentária, o que comprometeu os seus gastos com pessoal, inclusive o de novas contratações de servidores celetistas, seguido por implementação de Programa de Incentivo à Demissão Voluntária; parte da jurisprudência considera situações nas quais a não convocação é justificada; apenas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

servidores docentes têm sido nomeados, buscando preservar a atividade fim da universidade, excepcionando a regra apenas uma contratação emanada por ordem judicial em grau de recurso, seguida por denegação de segurança.

Juntou documentos às fls. 240-279.

O Ministério Público manifestou-se pela não intervenção no feito (fls. 283-284).

Houve interposição de agravo regimental, ainda pendente de julgamento (fls. 294).

É o relatório.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

A segurança merece ser concedida.

Embora a ré tenha veiculado, em 7 de fevereiro de 2014, o ofício de fl. 240 com a informação de que a contratação de servidores celetistas estava suspensa diante de restrições orçamentárias, tal restrição não passou a integrar as ratificações (fls. 75-78 e 83) previstas, inclusive, pelo edital IFSC nº 07/2013 (fls. 71-73), posto que o seu item 15.5 assim determinava: *"os itens do edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou o evento que lhe disser respeito ou até a data de homologação do concurso público"*.

Verifica-se, ainda, que, após a homologação (fls. 88-89), em 5 de abril de 2014, houve, em 2 de outubro de 2014, a sua prorrogação por mais seis meses (fls. 90-91) e, transcorrido o prazo de validade do concurso, não houve a nomeação, embora por sua classificação o impetrante certamente seria nomeado para a única vaga mencionada no edital, conforme se deflui, inclusive, do documento de fl. 87, que demonstra, em publicação no Diário Oficial, a aprovação de Sebastião Pratavieira entre 46 candidatos. Dessa forma, é de rigor aplicação das regras previstas pelo edital que, em tempo de poder ser ratificado, não abarcou a impossibilidade de contratação ou de condicioná-la expressamente às restrições orçamentárias.

É o que verifica, inclusive, nos autos do Recurso Extraordinário nº 598.099, no qual o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, decidiu¹:

¹ Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe 30.09.2011.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"[...] o dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento " [grifei].

Cumpre mencionar, ainda, que a limitação orçamentária não pode, após a realização do concurso, ser óbice à contratação do impetrante, posto que, se a universidade promoveu o concurso para contratação é porque havia necessidade de provê-la, condicionada à elaboração de prévio planejamento orçamentário que, por certo, prevê o comprometimento com a admissão dos novos servidores. O gráfico de fl. 230 demonstra que, em 2013, quando foi divulgado o edital IFSC nº 07/2013, o comprometimento do orçamento com gastos com pessoal já atingia 101,32% e, em 2014, na alegada impossibilidade de contratação do impetrante, a situação pouco se altera com a indicação de 105,14%, dos gastos com pessoal. Nesse contexto, não é razoável aceitar a ideia de situação excepcionalíssima, onerosidade excessiva ou fato superveniente após a realização do concurso, visto que os gastos com pessoal pouco se alteraram no interstício entre a publicação do edital e a validade do concurso.

Dessa forma, uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, desacompanhado de qualquer menção à impossibilidade de contratação por evento ou situação excepcional, inclusive na situação de poder ratificá-lo e informar os concursandos sobre contexto fático inesperado capaz de frustrar a expectativa da contratação, o ato administrativo cria um direito líquido e certo de nomeação dos aprovados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, concedendo a segurança, para determinar a NOMEAÇÃO do autor para o cargo de Especialista em Laboratório (Grupo Superior S1 A) no Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IFSC/USP) por ter sido aprovado, em primeiro lugar, no concurso público nº 07/2013.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Comunique-se, também, à Superior Instância, com urgência, pela internet.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P. R. I.C

São Carlos, 02 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**